

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar			
Hospital de Campanha do Hangar			
CNPJ nº 24.232.886/0134-98			
Demonstrações Financeiras			
Balço patrimonial		Demonstração do resultado	
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais		Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais	
Ativo	Nota	2.021	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.889	
Estoques	6	171.180	
Despesas antecipadas		288	
Outros ativos circulante		1.401	
		174.758	
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas a receber	10	2.209.557	
		2.209.557	
Total do Ativo		2.384.315	
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.021	
Circulante			
Fornecedores	7	6.066	
Obrigações sociais e trabalhistas	8	92.564	
Obrigações fiscais	9	29.233	
Partes relacionadas a pagar	10	1.014.768	
		1.142.631	
Não Circulante			
Provisão para descontinuidade	13	165.008	
		165.008	
Patrimônio Líquido			
Superávit do exercício		1.076.676	
		1.076.676	
Total do Passivo		2.384.315	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
	Superávit do exercício	Total	
Transferência (Internas)	5.117	-	
Superávit do exercício	1.071.558	1.071.558	
Em 31 de Dezembro de 2.021	1.076.675	1.071.558	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2.021			
Cifras apresentadas em reais.			
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, facultades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Hospital de Campanha do Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 23 de dezembro de 2.020, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de gestão nº 012/2.020 para o gerenciamento, operacionalização e execução dos atendimentos dos casos de Covid-19 e/ou Síndromes Respiratórias Agudas no Hospital de Campanha do Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, que vigorou de 23 de dezembro de 2.020 até 26 de fevereiro de 2.021. O presente contrato foi renovado por iguais períodos sucessivamente, através dos termos aditivos 1º ao 7º. c) Encerramento do Contrato de gestão: Em 14 de novembro de 2.021 de acordo com o 7º Termo Aditivo do Contrato de Gestão 012/2020, a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, encerrou suas atividades de gestão da unidade Hospital de Campanha do Hangar, em decorrência da estabilização dos casos de Covid-19 na Região, a secretaria de Saúde do Estado encerrou a operacionalização do Hospital de Campanha. Como consequência do encerramento, a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar procedeu com os Inventários dos estoques residuais e patrimoniais, baixando saldos a serem devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESA). Os efeitos reconhecidos no resultado do exercício de 2.021 foram:			
Descrição		R\$	
Devolução dos estoques		(785.897)	
Total		(785.897)	
2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 24 de março de 2.022. Considerando que as atividades operacionais iniciaram no exercício de 2021, não há valores comparativos para o exercício de 2020 para fins de balanço patrimonial, demonstração de resultado e demonstrações de fluxos de caixas. 2.1. Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com			
Receitas Operacionais	Nota	2.021	
Receitas de subvenções - custeio	15	94.004.222	
Receitas de subvenções - investimento	6b	88.252	
Receitas financeiras		174.078	
Doações recebidas		252.309	
Total das Receitas		94.518.861	
Despesas Operacionais			
Despesa com pessoal	16	(26.298.395)	
Serviços de terceiros	17	(32.201.518)	
Custo corporativo compartilhado	18	(4.758.937)	
Drogas, medicamentos e materiais	19	(23.829.255)	
		(87.088.105)	
Água, energia elétrica e telefone		(4.426.992)	
Depreciação e amortização	6b	(88.252)	
Aluguéis		(471.447)	
Correio e comunicação eletrônica		(524)	
Manutenção		(60.745)	
Viagens e ajuda de custo		(124.743)	
Taxas e contribuições		(81.649)	
Despesas financeiras		(174.392)	
Softwares e suporte e informática		(75.733)	
Resultado por encerramento e contrato	1c	(785.897)	
Outras		(68.824)	
		(6.359.198)	
Total das Despesas		(93.447.303)	
Superávit do Exercício		1.071.558	
Demonstração do resultado abrangente			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
		2.021	
Superávit do Exercício		1.071.558	
Outros resultado abrangentes		-	
Resultado Abrangente do Exercício		1.071.558	
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Fluxo de caixa das atividades operacionais		2.021	
Superávit do exercício		1.071.558	
Ajustado por:			
Depreciação e amortização		88.252	
Realização de subvenções de investimento		(88.252)	
Transferências internas		5.117	
Superávit do exercício ajustado		1.076.675	
Varições nos ativos e passivos			
Estoques		(9.318)	
Despesas antecipadas		(288)	
Outros ativos circulante		(1.401)	
Fornecedores		6.066	
Obrigações sociais e trabalhistas		(6.299)	
Obrigações fiscais		29.110	
Receitas diferidas		(6.139.454)	
Provisão para descontinuidade		165.008	
Caixa líquido (aplicado nas)			
gerado pelas atividades operacionais		(4.879.901)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos (cedidos) tomados de partes relacionadas		(1.356.651)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.356.651)	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(6.236.551)	
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		6.238.440	
No fim do exercício		1.889	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(6.236.551)	
as práticas contábeis adotados no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: ● Nota 5 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; ● Nota 11 - Provisão para descontinuidade.			
3. "Operação S.O.S." e seus Reflexos na Associação: Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro foram objeto de investigação do Ministério Público. Buscando honrar os 54 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento			

continua >

do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pílulas de Integridade. Este movimento de ações se tornaram uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Ativos circulantes e não circulantes: ● **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. ● **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. ● **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. ● **Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

b) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais).

Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

f) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados.

g) Instrumentos financeiros: ● **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber de clientes e partes relacionadas. ● **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.021
Caixa	1.889
	1.889

6. Estoques

Descrição	2.021	2.020
Medicamentos	171.180	70.996
Materiais Hospitalares de consumo	-	81.770
Materiais de lavanderia e limpeza	-	4.342
Demais estoques	-	4.753
	171.180	161.861

7. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar.

Itens	Adições	Baixas e realizações	Saldo em 31/12/21
Máquinas e equiptos médicos (a)	1.402.500	(1.062.500)	340.000
Adiantamento a fornecedores	1.418.000	(1.418.000)	-
(-) Depreciação **	(88.252)	62.753	(25.499)
Total imobilizado	2.732.248	(2.417.747)	314.501
(-) Subvenções a realizar *	(1.402.500)	1.087.999	(314.501)
Total subvenções	(1.402.500)	1.087.999	(314.501)

(a) Em 14 de outubro de 2021 a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, procedeu com a devolução para a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), o total de 95 (Noventa e cinco) Bombas de Infusão modelo Braun, que montaram a R\$ 807.500. O saldo restante que corresponde a 70 (setenta) bombas que montam a R\$ 595.000, foram cedidos pela Secretaria de Saúde do Estado para as unidades: (i) Hospital Regional Público da Transamazônica 30 (trinta) Bombas de Infusão Modelo Braun, que montam a R\$ 255.000, conforme Ofício nº 597/2021 - Protocolo 2021/1378377. (ii) Hospital Regional do Baixo Amazonas, 40 (quarenta) Bombas de Infusão Modelo Braun, que montam a R\$ 340.000, conforme Ofício nº 1896/2021 - Protocolo 2021/1451636.

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação dos bens.

** As despesas com depreciação e amortização, apurada conforme

a vida útil dos bens no exercício de 2.021 montaram a R\$ 88.252. **c) Taxas de depreciação e amortização:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%

8. Fornecedores

Descrição	2.021
Serviços tomados Pessoa Jurídica	6.066
	6.066

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.021
Salários e ordenados	28.296
Rescisões a pagar	20.717
FGTS	5.895
INSS	(52.695)
Provisão de férias e encargos	90.262
Outras	89
	92.564

10. Obrigações Fiscais

Descrição	2.021
Imposto de renda retido na fonte	29.233
	29.233

11. Partes Relacionadas

Descrição	2.021
-----------	-------

Ativo	
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)	
Hospital Galileu	4.670
Hospital Oncológico	25.930
Hospital Marabá	6.000
Hospital Santarém	8.695

Empréstimos financeiros (b)	
Sede Administrativa	1.014.109
Hospital Santarém	1.150.153
	2.209.557

Ativo não circulante	
	2.209.557

Passivo	
---------	--

Empréstimos de materiais e medicamentos (a)	
Hospital Galileu	180.926
Hospital Oncológico	38.559
Hospital de Barcarena	16.169
	235.654

Empréstimos financeiros (b)	
Hospital Metropolitano	297.188

Serviços corporativos compartilhados (c)	
Sede Administrativa	481.926
	1.014.768

(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou

tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. **(b) - Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o consentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA. **(c) - Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

12. Receitas Diferidas: Corresponde ao contrato 012/SESPA/2020, e os termos aditivos 2º, 3º, 5º e 7º junto a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de fornecer custeio para o funcionamento do Hospital de Campanha HANGAR. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021
Saldo inicial	6.139.454
(+) subvenção para custeio	25.856.598
(-) Realização de custeio	(31.996.052)
	-

13. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021
Saldo inicial	-
Adições (nota 21)	707.164
(-) Baixas por rescisão de contrato	(542.156)
	165.008

14. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos entendem que não há a necessidade de constituir provisão, devido não haver processos trabalhistas ou cíveis para a unidade. **15. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para a gestão do Hospital de Campanha do Hangar. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.021 montaram R\$ 94.004.222,28.

16. Despesas com Pessoal

Descrição	2.021
Salários e ordenados	(14.359.009)
Insalubridade	(2.553.168)
Indenização	(1.339.576)
Horas extras e adicionais	(2.012.009)
Vale transporte	(216.986)
Décimo terceiro salário	(1.484.821)
Férias	(2.016.558)
FGTS	(1.603.471)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(687.319)
Contribuição patronal ao INSS	(5.185.019)
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS	5.185.019
PIS	(186.513)
(-) Isenção do PIS	186.513
Outras	(25.478)
	(26.298.395)

continuação

17. Serviços de Terceiros

Descrição	2.021
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(22.409.566)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(9.791.952)
	(32.201.518)

18. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

19. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.021
Medicamentos	(11.994.953)
Filmes radiológicos, fios cirúrgicos e dietas	(3.402)
Materiais de uso do paciente	(9.309.529)
Gases medicinais	(1.196.237)
Gêneros alimentícios	(180.996)
Materiais de limpeza e lavanderia	(524.031)
Materiais de conservação e reparos	(18.975)
Impressos e materiais de expediente	(125.188)
Outros	(475.944)
	(23.829.255)

20. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.021
Ativos	
Valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	1.889
Pelo custo amortizado	
Partes relacionadas	2.209.557
Total	2.209.557
Passivos	
Pelo custo amortizado	
Fornecedores	6.066
Partes relacionadas	915.781
Total	921.847

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

21. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que Deferiu, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2013 à 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019,

em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de nº 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficiárias de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Em 02/07/2021 foi protocolado novo requerimento de renovação, no Sistema de Certificação das Entidades de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.100840/2021-35 relativo ao triênio 2022 a 2024. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2021 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 14 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **27. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar - Hospital de Campanha do Hangar, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. A Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminado: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Ananindeua, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.021
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.835.566)
Contribuição patronal ao INSS	(5.185.019)
Contribuição ao PIS	(186.513)
Imposto sobre serviços (ISS)	(4.705.160)
	(12.912.258)

Resalte-se que os valores das contribuições são informados apenas nas notas explicativas, observado o seguinte: as referidas contribuições não representam custo, despesa ou obrigação da entidade em razão de sua imunidade e isenção tributária, bem como nenhum ganho efetivo, perda ou risco potencial à entidade. **28. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Carmo João Rhoden - Presidente
Pe Carlos Fritzen - Diretor Corporativo Administrativo
Alba Lucia de Menezes Sa Muniz - Diretor Geral do Hospital
Pedro Braga - Diretor Financeiro do Hospital
Anilton Vieira - Contador do Hospital - CRC: TC-CRC/PA-019241/O-8
David Martins Ferreira - Contador Corporativo - CRC: 1SP195.413/O-2"S"-PA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar - Hospital de Campanha do Hangar - Ananindeua/PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar - Hospital de Campanha do Hangar - Ananindeua/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **ênfase - Encerramento do contrato de gestão hospitalar:** Conforme mencionado na nota explicativa 1c, as operações de gestão hospitalar do Hospital de Campanha do Hangar foram encerradas em 14 de novembro de 2.021. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo

continua

▶^{continuação} de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2.022. **LM Auditores Associados** - CRC 2SP018.611/O-8; **Maurício Diácoli** - CRC 1SP129.562/O-5.

Protocolo: 779039

ROMANCEIRO DA CABANAGEM

POESIA - JOSÉ ILDONE



2015

180 Anos da Cabanagem

Edições



4009-7817

no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 24 de março de 2.022. **2.1. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Provisão para não realização das contas a receber; • Nota 9 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; • Nota 18 - Provisão para descontinuidade; e • Nota 19 - Provisão para contingência. **3. "Operação S.O.S." e seus Reflexos na Associação:** Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro foram objeto de investigação do Ministério Público. Buscando honrar os 54 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pílulas de Integridade. Este movimento de ações se tornaram uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma

10. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar.

Itens	2.021		2.020	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias	1.690.560	(446.019)	1.244.541	1.312.164
Instrumentos médicos Hospitalares	411.123	(208.477)	202.646	243.681
Equipamentos de informática	666.221	(590.649)	75.572	82.748
Máquinas e equipamentos Méd. Mhospitales	4.721.318	(3.028.509)	1.692.809	2.094.291
Móveis e utensílios hospitalares	769.922	(555.160)	214.762	271.632
Móveis e utensílios de escritório	140.769	(70.660)	70.109	83.533
Móveis e utensílios	591.294	(372.379)	218.915	249.606
Adiantamentos a fornecedores	10.446	-	10.446	36.738
Total imobilizado	9.001.653	3.729.800	4.374.393	
Total do ativo imobilizado	(5.271.853)			
Direito de uso de software	410.974	(324.269)	86.705	151.156
Total intangível				
Total do ativo imobilizado	410.974	(324.269)	86.705	151.156
(-) Subvenções a realizar	(1.772.853)	-	(1.772.853)	(2.412.011)
Total subvenções				
Total do ativo imobilizado	(1.772.853)	-	(1.772.853)	(2.412.011)

obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber de clientes e partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

Descrição	2.021	2.020
Caixa	-	78.877
Banco conta movimento (b)	-	6.238.455
		6.317.332

(b) Correspondeu aos saldos em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

Descrição	2.021	2.020
Secretaria Executiva de Saúde Pública (a)	22.474.274	20.680.151
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (b)	(10.532.057)	(6.994.836)
	11.942.217	13.685.315

(a) Secretaria executiva de Saúde Pública: As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. (b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, com baixa expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará no próximo exercício social. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo em 1º de Janeiro	(6.994.836)	(4.705.596)
Complemento de perdas estimadas	(3.537.221)	(2.289.240)
Saldo em 31 de dezembro	(10.532.057)	(6.994.836)

Descrição	2.021	2.020
Dietas e fios cirúrgicos	90.493	192.754
Gases Medicinais	18.398	22.635
Materiais de Banco de Sangue	281	8.739
Materiais hospitalares de consumo	887.210	1.425.654
Materiais hospitalares de reposição	193.983	185.962
Medicamentos	1.154.401	1.816.775
Materiais de higiene e Limpeza	194.036	292.888
Materiais de Manutenção	234.734	276.608
Uniformes e enxovais	25.285	474.426
Demais materiais	464.321	488.020
	3.263.142	5.184.465

8. Adiantamento a Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2021, os adiantamentos a fornecedores estão representados por antecipações financeiras efetuadas para aquisição e manutenção de equipamentos hospitalares. **9. Empréstimos de Medicamentos:** Corresponde a empréstimos de medicamentos efetuados a outros Hospitais do Estado do Pará, através de solicitações da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, sem prazo para devolução.

b) Movimentação		Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas e realizações	Saldo em 31/12/21
Benfeitorias		1.690.560	-	-	1.690.560
Instr. méd. hospitalares		410.804	319	-	411.123
Equipos de informática		622.507	43.713	-	666.220
Máquinas e equipamentos médicos		4.653.154	68.164	-	4.721.318
Móveis e Utensílios		570.356	20.940	-	591.296
Móveis e utensílios hosp.		750.422	497	-	750.919
Móveis e utensílios de escrit.		140.272	19.500	-	159.772
Adiantamento a fornecedores		36.738	14.216	(40.509)	10.445
(-) Depreciação **		(4.500.420)	-	-	(5.271.853)
Total imobilizado		4.374.393	167.349	(40.509)	3.729.800
Direito de uso de software		398.974	-	-	410.974
(-) Amortização **		(259.818)	(64.451)	-	(324.269)
Total intangível		151.156	(64.451)	(1.772.853)	86.705
(-) Subvenções a realizar *		(2.412.011)	639.158	-	(1.772.853)
Total subvenções		(2.412.011)	-	639.158	(1.772.853)

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação dos bens.

** As despesas com depreciação e amortização, apurada conforme a vida útil dos bens no exercício de 2.021 montou a R\$ 835.800 (Em 2020 - R\$ 785.106).

c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

11. Fornecedores

Descrição	2.021	2.020
Materiais e Medicamentos	7.968.799	4.426.319
Imobilizado	27.021	43.648
Serviços tomados Pessoa Jurídica	1.084.994	1.894.530
9.080.814	6.364.497	

12. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.021	2.020
Honorários médicos pessoa jurídica	3.040.188	2.984.891
3.040.188	2.984.891	

13. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.021	2.020
Salários e ordenados	3.325.699	3.385.702
Dissídio coletivo (a)	4.195.123	-
Rescisões a pagar	40	-
FGTS	523.293	518.769
INSS	277.895	437.878
Provisão de férias e encargos	7.594.339	7.085.915
Outras	11.961	29.625
15.928.350	11.457.889	

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2.021 corresponde ao dissídio coletivo dos sindicatos: SINTHOSP - Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de setembro/2020 a agosto de 2.021, e 10,42% referente ao período setembro/2021 a dezembro/2021. SENPA, Sindicato dos Enfermeiros do estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de maio/2020 a abril de 2.021, e 3,80% referente ao período maio de 2.021 a dezembro de 2.021.

14. Obrigações Fiscais

Descrição	2.021	2.020
Imposto de renda retido na fonte	1.020.401	2.211.778
Imposto sobre serviços retidos na fonte	13.529	25.667
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	50.830	518.081
1.084.760	2.755.526	

15. Partes Relacionadas

Descrição	2.021	2.020
Ativo		
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Galileu	16.986	36.453
Hospital Oncológico	32.866	14.699
Hospital Altamira	191.296	193.151
Hospital Barcarena	332	-
Empréstimos financeiros (b)		
Sede Administrativa	9.101.323	7.080.826
Hospital Marabá	-	820.000
Hospital Santarém	-	-
Hospital de Campanha Hangar	38.697	-
	297.146	-
Ativo não circulante	9.678.646	8.145.129
Passivo		
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Galileu	(114.847)	-
Hospital Oncológico	(80.884)	-
Hospital Barcarena	(1.582)	-
Hospital Santarém	(2.850)	-
(200.163)	-	
Empréstimos Financeiros (b)		
Sede Administrativa	(1.919.643)	-
Hospital Galileu	(4.580.000)	(4.688.767)
Hospital Oncológico	(944.300)	(1.022.194)
(7.443.943)	(5.710.961)	
Passivo circulante	(7.644.106)	(5.710.961)

(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. **(b) - Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o consentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA. **16. Estoques de Terceiros:** A Entidade, ao iniciar por meio de contrato de gestão sua operação no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, unidade pública que já se encontravam em funcionamento, assumiu a responsabilidade pela manutenção dos estoques de materiais e medicamentos já existentes, aferidos mediante inventário físico. Assim

o reconhecimento se deu registrando em seu ativo os estoques, em contrapartida, reconhecendo esses montantes como obrigação perante a Secretaria do Estado de Saúde Pública (SESPA), observado que a manutenção e o consumo desses estoques são cíclicos dentro do curso normal das atividades e a restituição efetiva ocorrerá por ocasião do encerramento do respectivo contrato de gestão. **17. Receitas Diferidas:** Corresponde ao 1º, 3º, 6º e 10º termo aditivo ao contrato 046/2.012, pactuado junto a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à reforma, revitalização e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade, bem como, referente ao valor excedente das subvenções governamentais com custeio.

Descrição	2.021	2.020
Subvenção para custeio	127.577	6.139.453
Subvenção para investimento	127.577	127.577
127.577	6.297.030	

A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo inicial	6.267.030	565.430
(+) subvenção para custeio	-	5.701.600
(-) Transferência de Custeio - Hospital Hangar	(6.139.454)	-
127.577	6.704.883	

18. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo inicial	8.670.233	7.082.782
Adições (nota 21)	1.305.465	1.808.232
(-) Baixas por rescisão de contrato	(231.032)	(220.781)
Saldo final	9.744.666	8.670.233

19. Provisão Para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.021	2.020
Trabalhistas	12.766	13.917
12.766	13.917	

No exercício de 2.021, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, autorizou a reversão do saldo da provisão no montante de R\$ 1.121 (Em 2020 - R\$ 147.433). **20. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.021 montaram R\$ 127.912.021 (2.020 - R\$ 130.818.960).

21. Despesas com Pessoal

Descrição	2.021	2.020
Salários e ordenados	(41.331.261)	(41.300.190)
Insalubridade	(3.164.846)	(3.031.183)
Indenização	(383.864)	(575.826)
Horas extras e adicionais	(4.110.571)	(2.020.959)
Vale transporte	(967.927)	(1.020.045)
Décimo terceiro salário	(4.706.630)	(4.266.115)
Férias	(6.399.129)	(6.037.868)
FGTS	(4.889.906)	(4.624.847)
Provisão para descontinuidade	-	-
- Multa rescisória FGTS	(1.305.645)	(1.808.232)
Contribuição patronal ao INSS	(15.909.984)	(15.696.896)
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS	15.909.984	15.696.896
PIS	(572.302)	(564.520)
(-) Isenção do PIS	572.302	564.520
Outras	20.546	(1.562.339)
(67.239.233)	(66.247.604)	

22. Serviços de Terceiros

Descrição	2.021	2.020
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(25.146.089)	(25.504.900)
Serviços médicos tomados de pessoa física	-	(14.785)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(1.520.911)	(2.939.290)
Serviços tomados de pessoal física	-	(107.163)
(26.667.000)	(28.566.138)	

23. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

24. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.021	2.020
Medicamentos	(9.878.055)	(7.317.213)
Filmes radiológicos, fios cirúrgicos e dietas	(959.201)	(806.665)
Ortese e prótese	(2.561.975)	(2.572.329)
Materiais de uso do paciente	(6.962.671)	(7.154.273)
Gases medicinais	(620.312)	(558.205)
Gêneros alimentícios	(2.772.720)	(2.535.134)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.633.818)	(1.596.374)

Combustíveis e lubrificantes	(215.561)	(177.451)
Materiais de conservação e reparos	(991.673)	(708.101)
Impressos e materiais de expediente	(437.409)	(325.214)
Peças e acessórios de reposição	(227.411)	(178.265)
Materiais de laboratório	(1.312.289)	(803.401)
Outros	(972.585)	(1.928.920)
Total	(29.545.680)	(26.661.545)

25. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.021	2.020
Ativos		
Valor justo por meio do resultado	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	6.317.332	-
Pelo custo amortizado	-	-
Contas a receber de clientes	11.942.217	13.685.315
Partes relacionadas	9.678.646	8.145.129
Total	21.620.863	28.147.776
Passivos		
Pelo custo amortizado	-	-
Fornecedores	9.080.814	6.364.497
Honorários médicos	3.040.188	2.984.891
Partes relacionadas	7.644.106	5.710.961
Total	19.765.108	15.060.349

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

26. INSS Cota Patronal: (a) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por consequente, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por consequente, julgamento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que Defere, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2013 à 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de nº 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Em 02/07/2021 foi protocolado novo requerimento de renovação, no Sistema de Certificação das Entidades de Assistência Social

Dom Carmo João Rhoden - Presidente • **Pe Carlos Fritzen** - Diretor Corporativo Administrativo
Alba Lucia de Menezes Sá Muniz - Diretor Geral do Hospital • **Carlos Henrique Reis de Oliveira** - Diretor Financeiro do Hospital
Anilton Vieira - Contador do Hospital - CRC: TC-CRC/PA-019241/O-8 • **David Martins Ferreira** - Contador Corporativo - CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" - PA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1c, que demonstra as ações estratégicas da administração para manutenção das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 21.260.303 e patrimônio líquido negativo de R\$ 17.442.468. A reversão dessa posição negativa depende do sucesso de negociações

em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.100840/2021-35 relativo ao triênio 2022 a 2024. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2021 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. (b) **Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 21 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) **Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **27. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência / Ananindeua-PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por consequente, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminado: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Ananindeua, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.021	2.020
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(3.933.727)	(3.965.701)
Contribuição patronal ao INSS	(15.909.984)	(15.696.896)
Contribuição ao PIS	(572.302)	(564.520)
Imposto sobre serviços (ISS)	(6.556.211)	(6.616.928)
Total	(26.972.224)	(26.844.045)

Ressalte-se que os valores das contribuições são informados apenas nas notas explicativas, observado o seguinte: as referidas contribuições não representam custo, despesa ou obrigação da entidade em razão de sua imunidade e isenção tributária, bem como nenhum ganho efetivo, perda ou risco potencial à entidade. **28. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade. **29. Outros Assuntos - Pandemia COVID-19:** O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial. A área da Saúde foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais impactos observados na unidade hospitalar no exercício de 2021, foram: (c) Aumento substancial dos estoques hospitalares, tendo em vista a necessidade de aumentar o estoque de segurança das unidades, (d) Aumento de custos dos estoques hospitalares, em razão alta procura e baixa oferta de materiais hospitalares; Desde junho de 2020 o hospital opera com resultado econômico negativo. Embora solicitado o reequilíbrio econômico do contrato junto à Contratante, isso ainda não foi concretizado. A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

entre a Entidade e o Governo do Estado do Pará. Os eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1c, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." ocorrida no exercício de 2018 na Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2.018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos

▶continuação

objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos

da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2.022.

LM Auditores Associados - CRC 2SP018.611/O-8
Maurício Diácoli - CRC 1SP129.562/O-5

Protocolo: 779040

Belém e o Imobiliário

Uma cidade entre contratos e contradições

Raul da Silva Ventura Neto



Edições



4009-7817